

RESOLUÇÃO-GP Nº 02, DE 29 DE JANEIRO DE 2001.

Texto compilado a partir das alterações promovidas pela [Resolução-GP nº 34/2007](#); [Resolução-GP 79, de 19 de dezembro de 2016](#) e [Resolução-GP Nº 51 de 06 de outubro de 2017](#)).

O **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista decisão plenária administrativa do dia 06 de fevereiro de 2001,

R E S O L V E

Aprovar o Regulamento do Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário – FERJ, segundo os dispositivos a seguir enunciados:

CAPÍTULO I DAS FINALIDADES

Art. 1º O Fundo Especial de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário - FERJ tem por finalidade disponibilizar recursos para que o Poder Judiciário possa desenvolver adequadamente a sua missão constitucional, promovendo a dinamização dos serviços judiciários.

CAPÍTULO II DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 2º Os recursos provenientes da arrecadação do FERJ serão aplicados em:

I - elaboração e execução de planos, programas e projetos para a modernização e o desenvolvimento dos serviços judiciários;

II - implementação de tecnologias de controle da tramitação dos feitos judiciais, com o uso da informática, microfilmagem, reprografia e outros procedimentos tecnológicos, objetivando a obtenção de maior celeridade, eficiência e segurança da prestação jurisdicional;

III - aquisição, construção, ampliação de instalações e reforma de imóveis do Poder Judiciário;

IV - aquisição de materiais permanentes para o Poder Judiciário;

V - serviços de manutenção e reparos em bens de uso do Poder Judiciário;

VI - implantação dos serviços de informatização da Justiça;

VII - aquisição e manutenção de veículos utilitários;

VIII - aquisição de materiais de consumo necessários à manutenção do Poder Judiciário;

IX - implementação e operacionalização de sistemas de fiscalização de atos judiciais, notariais e registrais;

X - atividades de consultoria, avaliação, fiscalização e modernização de atividades do Poder Judiciário;

XI - treinamento de membros e servidores do Poder Judiciário através de cursos, seminários e congressos.

Parágrafo único. É vedada a realização de despesas de custeio com pessoal pelo FERJ, excetuadas aquelas destinadas à contratação de estagiários e ao ressarcimento das despesas realizadas pelos oficiais de justiça, para cumprimento de mandados, e pelos comissários de menores, nos termos e condições estabelecidos por regulamento do Tribunal de Justiça. ([Alterado pela Resolução-GP 79, de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 3º Os bens adquiridos pelo FERJ serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário.

CAPÍTULO III DAS RECEITAS

Art. 4º O FERJ será constituído pelas seguintes receitas:

I - dotações constantes do orçamento do Estado e em leis especiais;

II - o valor integral das custas e despesas processuais das serventias judiciais;

III - o valor integral da taxa judiciária;

IV - preparo dos recursos;

V - 12% (doze por cento) deduzidos do valor total efetivamente devido a título de emolumentos às serventias extrajudiciais;

VI - doações, legados e contribuições;

VII - subvenções, auxílios públicos ou privados, específicos ou oriundos de convênios, acordos ou contratos, nacionais e internacionais, para os serviços afetos ao Poder Judiciário;

VIII - transferências públicas e os créditos adicionais que lhe venham a ser atribuídos;

IX - produto da alienação de materiais e equipamentos;

X - rendimentos provenientes de aplicações financeiras;

XI - superávit financeiro apurado no balanço do FERJ em exercícios financeiros anteriores;

XII - recursos provenientes do recolhimento de valores excedentes da despesa autorizada com telefonia;

XIII - receitas decorrentes da cobrança de cópias reprográficas extraídas por unidades do Poder Judiciário;

XIV - produto da venda de cópias de editais de licitação;

XV - cobrança de valores pelo fornecimento de impressos e publicações;

XVI - cobrança de valores pela publicação de contratos e outros documentos no Diário da Justiça;

XVII - multas contratuais aplicadas no âmbito administrativo do Poder Judiciário;

XVIII - custas decorrentes da aplicação do art. 55 da Lei Federal nº 9099, de 26 de setembro de 1995;

XIX - valores oriundos da venda de ações pertencentes ao Poder Judiciário;

XX - multas aplicadas ao espólio, pelo retardamento do início do inventário;

XXI - multas processuais previstas na legislação civil;

XXII - multas aplicadas em processos administrativos a servidores do Poder Judiciário;

XXIII - bens de herança jacente e o saldo das coisas vagas pertencentes ao Estado;

XXIV - depósitos judiciais inativos por mais de 05 (cinco) anos, após o trânsito em julgado da decisão;

XXV - fianças arbitradas em dinheiro, observada a legislação processual penal;

XXVI - 50% (cinquenta por cento) do valor das penas pecuniárias aplicadas nos processos criminais, pela Justiça Estadual, sendo o restante recolhido ao Fundo Penitenciário Estadual; (Alterado [pela Resolução-GP 79, de 19 de dezembro de 2016](#)).

XXVII - cobrança de valores pela prestação de informações via correio eletrônico;

XXVIII - outras receitas de qualquer origem.

XXIX - a obtida com o produto da venda, com exclusividade, dos selos de autenticidade, instituídos por Lei, para os serviços notariais, registrais e de distribuição extrajudicial.

XXX - os rendimentos financeiros dos depósitos judiciais, aplicações financeiras e precatórios resultantes da diferença verificada entre os índices fixados por lei pela

remuneração de cada subconta e os obtidos para remuneração da Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça.

XXXI - as provenientes das multas impostas aos delegatários do serviço extrajudicial na forma do art. 32, II, da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

CAPÍTULO IV DA ARRECADAÇÃO

Art. 5º O cálculo das custas judiciais elaborado no documento demonstrativo da “Conta de Custas Judiciais” e o preenchimento do respectivo boleto bancário – padrão FEBRABAN, serão efetuados por funcionário ou por serventuário indicado pelo Diretor do Fórum e designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O demonstrativo da “Conta de Custas Judiciais” e o boleto bancário serão gerados por sistema informatizado, integrado ao Sistema de Controle de Processos Judiciais – THEMIS ou, manualmente, com base nas informações do processo e tabela de custas.

Art. 6º O demonstrativo da “Conta de Custas Judiciais” (Anexo I) será processado em 3 (três) vias, com a seguinte destinação:

I - 1ª via – usuário;

II - 2ª via – processo;

III - 3ª via – Coordenadoria do FERJ.

Parágrafo único. Deverá constar obrigatoriamente do Demonstrativo das Custas Judiciais o número de identificação do boleto bancário.

Art. 7º O boleto bancário, que será preenchido pelas serventias judiciais, em 3 vias, terá a seguinte destinação:

I - 1ª via – processo;

II - 2ª via – banco;

III - 3ª via – parte.

Parágrafo único. O banco credenciado remeterá arquivo eletrônico contendo os valores recolhidos com a identificação do respectivo boleto bancário, juntamente com o Relatório de Créditos, individualizado por agência.

Art. 7º-A O boleto bancário também poderá ser emitido por aplicativo do Tribunal de Justiça através da Internet, contendo a discriminação das custas, dispensando, neste caso, a emissão da conta de custas judiciais.

Art. 8º As custas judiciais deverão ser recolhidas antes da distribuição ou do registro, respeitados os dispositivos legais em contrário.

§ 1º Não havendo expediente bancário no dia, as custas devidas por atos judiciais inadiváveis serão recolhidas no primeiro dia em que houver expediente.

§ 2º Quando as custas tiverem que ser recolhidas após a distribuição, se o feito não for preparado no prazo de 30 (trinta) dias na serventia judicial em que deu entrada, a respectiva distribuição será cancelada.

§ 3º O recolhimento será feito em agência de banco credenciado.

§ 4º As custas que incidirem sobre os feitos ajuizados durante o período em que funcionar o plantão judicial deverão ser recolhidas no primeiro dia subsequente em que houver expediente bancário.

§ 5º As custas devidas à segunda instância serão recolhidas no juízo normal" >a quo ou no Tribunal, dependendo da natureza do recurso ou do feito, normal" > no prazo fixado em lei, sob pena de deserção.

§ 6º Se necessário, o juiz responsável pelo processo poderá intimar o advogado ou a parte a recolher custas intermediárias ou complementares.

§ 7º As custas relativas aos recursos interpostos aos Tribunais Superiores, quando couberem, serão recolhidas antecipadamente, inclusive o porte de remessa e retorno.

§ 8º O formulário Documento de Arrecadação do Estado do Maranhão – DARE não mais será utilizado para recolhimento de custas judiciais a qualquer título.

Art. 9º Deverão ser cobrados no início do feito, a título de despesas processuais, além das custas judiciais, a taxa judiciária correspondente. Parágrafo único - As despesas com publicações e postagem, previstas em lei, só serão cobradas quando da realização destes serviços.

Art. 10. Nas serventias extrajudiciais, o recolhimento do valor dos emolumentos destinados ao FERJ compete ao notário ou oficial de registro ao qual incumbir a prática do ato, mediante boleto bancário.

Art. 11. O boleto bancário, que será preenchido pelas serventias extrajudiciais em 3 vias, terá a seguinte destinação:

I - 1ª via – Coordenadoria do FERJ;

II - 2ª via – banco;

III - 3ª via – serventia extrajudicial.

Art. 12. Nas serventias extrajudiciais, o valor devido ao FERJ correspondente às importâncias arrecadadas na semana, será recolhido até o primeiro dia útil da semana subsequente. ([Redação dada pela Resolução-GP nº 34/2007](#)).

§ 1º A serventia remeterá à Coordenadoria do FERJ, no Tribunal de Justiça, após efetuar o recolhimento especificado no art. 10, relatório informatizado denominado “Boletim Estatístico de Emolumentos Extrajudiciais”, constante do Anexo II da presente Resolução, o qual conterá informações sobre todos os atos praticados no mesmo período que originou o recolhimento, especificando o número do ato, do livro e da(s) folha(s), bem como a quantidade de Selos de Fiscalização utilizados, com a respectiva numeração por tipo de Selo. ([Redação dada pela Resolução-GP nº 34/2007](#)).

§ 2º A não observância do disposto no caput ou no § 1º ensejará auditoria na respectiva serventia.

§ 3º Havendo a dispensa ou redução dos emolumentos por concessão do titular da serventia, as quantias devidas ao FERJ deverão ser recolhidas em conformidade com os valores previstos nas tabelas dos emolumentos, não incidindo qualquer desconto sobre o valor devido ao FERJ.

§ 4º Os documentos de arrecadação e fiscalização do FERJ serão distribuídos gratuitamente aos cartórios.

Art. 13 Nos atos e serviços praticados pelos notários ou oficiais de registro, com valor declarado ou mensurável economicamente, a importância devida ao FERJ deve ser calculada sobre o maior valor apurado, seja aquele declarado pelas partes no negócio ou o valor venal atribuído pelo órgão competente, independentemente do valor dos emolumentos cobrado pelo serventuário.

Parágrafo único. Prevalecerá o preço de mercado se avaliação da fazenda pública não for exigível ou for com esta incompatível. ([Redação dada pela Resolução-GP nº 79, de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 14. Se por ocasião do recolhimento de custas judiciais existirem valores destinados a terceiros, estes serão depositados diretamente em favor do beneficiário, à ordem do Poder Judiciário, em conta de controle centralizado, indicada pelo Tribunal de Justiça.

Art. 15. As doações, legados e contribuições recebidas pelo FERJ não poderão ser feitas a título oneroso, nem conter encargos ou ônus reais.

§ 1º As doações constarão de escritura pública ou outro documento exigido por lei.

§ 2º Os legados constarão de testamento público, escritura ou outro ato equivalente e dependerão de aceite pelo Conselho de Administração do FERJ, que poderá rejeitar a liberalidade, caso as despesas com sua administração impliquem ônus superiores aos benefícios.

CAPÍTULO V DO SELO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 16. É obrigatória a aplicação do Selo de Fiscalização em todos os atos notariais e de registro, que integrará a forma dos atos de autenticação de cópias de

documentos, reconhecimento de firmas, abertura e encerramento de livros, inclusive aqueles com folhas soltas, certidões, escrituras, procurações, testamentos e demais atos assemelhados que venham a exigir segurança.

§ 1º A sua ausência acarretará a invalidade do ato cartorário e consequente responsabilidade decorrente da omissão.

§ 2º Ato do Presidente do Tribunal de Justiça indicará a data de início da obrigatoriedade da aplicação do Selo de Fiscalização.

Art. 17. O Selo de Fiscalização será autoadesivo, contendo numeração sequencial e dotado de diversas características de segurança.

Art. 18. Os Selos de Fiscalização serão confeccionados em 7 (sete) modelos, com as seguintes denominações: [\(Redação dada pela Resolução-GP nº 79, de 19 de dezembro de 2016\)](#).

I - reconhecimento de Firma;

II - autenticação de cópias e documentos;

III - gratuito;

IV - geral;

V -reconhecimento de firma – veículos;

VI - abertura de firma – cadastro; e

VI - certidão.

§ 1º O Selo “Reconhecimento de Firma” será utilizado unicamente para o reconhecimento de firma.

§ 2º O Selo “Autenticação” será utilizado unicamente para a autenticação de documentos.

§ 3º O Selo “Gratuito” será utilizado em todos os atos isentos por lei da cobrança de emolumentos, incluindo a Lei Federal nº 9534/97.

§ 4º O Selo “Geral” será aplicado nos demais casos.

§ 5º O Selo “Reconhecimento de firma – veículo” será utilizado nos documentos de transferência, mandato ou quitação de veículos automotores. [\(Redação dada pela Resolução-GP nº 79, de 19 de dezembro de 2016\)](#).

§ 6º O Selo “Abertura de firma – cadastro” será utilizado nos cadastros de firmas. [\(Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016\)](#).

§ 7º O Selo “Certidão” será utilizado nas certidões em geral, excetuando as que são gratuitas na forma do artigo 13 da Lei 9.109/2009, e incisos LXXIV e LXXVI do artigo 5º da Constituição Federal. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 19. Os notários e os oficiais de registro deverão solicitar os Selos de Fiscalização, no mês, no trimestre ou no semestre, dependendo do enquadramento decorrente da movimentação da serventia estabelecida pela Coordenadoria do FERJ, a qual, por sua vez, autorizará a empresa contratada a sua entrega à respectiva serventia.

§ 1º O prazo de entrega dos Selos de Fiscalização nas serventias extrajudiciais será de 20 (vinte) dias corridos, quando se tratar de entrega normal, e de 7 (sete) dias úteis para pedidos em caráter emergencial.

§ 2º Para entrega do Selo de Fiscalização em caráter emergencial, a serventia pagará à transportadora, no ato da entrega, uma taxa de serviço, cujo valor será determinado pela mesma.

Art. 20. Havendo danificação, extravio ou furto do Selo, a serventia extrajudicial comunicará, imediatamente, à Coordenadoria do FERJ a quantidade e respectiva numeração, e o Tribunal de Justiça, no menor prazo possível, fará publicar no Diário da Justiça a ocorrência, a fim de inutilizar os respectivos Selos de Fiscalização.

Parágrafo único. No caso de danificação, a serventia extrajudicial deverá remeter os selos danificados à Coordenadoria do FERJ.

Art. 21. É proibido, sob pena de infração disciplinar, repassar Selos de uma serventia para outra.

Art. 22. O Selo de Fiscalização deverá ser colocado no documento que representa o ato notarial ou registral.

Parágrafo único. Será utilizado um Selo de Fiscalização para cada ato, e cada ato terá um Selo de Fiscalização.

Art. 23. No caso de o documento possuir mais de um ato, serão afixados tantos Selos quantos forem os atos praticados.

Parágrafo único. Se o documento possuir mais de uma folha e tiver só um ato, este documento levará apenas um Selo de Fiscalização, o qual será colocado onde houver a assinatura do notário ou oficial de registro.

Art. 24. Será colocado sobre parte do Selo de Fiscalização o carimbo da serventia.

Art. 25. Os selos serão utilizados obedecendo à sequência numérica, ou seja, o primeiro lote entregue deverá ser totalmente consumido antes da utilização do próximo lote.

Art. 26. Pela autenticação de cópia, frente e verso de documentos de identidade, título de eleitor, cartão de identificação do contribuinte, ou outros assemelhados, será colocado apenas um Selo de Fiscalização.

Art. 27. A dispensa ou a redução dos emolumentos, a qualquer título, não importará a dispensa da aplicação do Selo de Fiscalização.

CAPÍTULO VI DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 28. O FERJ será administrado por um Conselho de Administração, composto por um desembargador, designado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que será o seu Presidente, e pelos Diretores Geral, Financeiro, Administrativo e do FERJ, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão”. ([Redação dada pela Resolução-GP nº 51 de 06 de outubro de 2017](#)).

§ 1º O presidente do Tribunal de Justiça nomeará, após aprovação do Plenário:

I - os membros do Conselho de Administração;

II - o Coordenador do FERJ, cargo de provimento em comissão na estrutura dos serviços auxiliares do Tribunal de Justiça.

§ 2º O Conselho mencionado no caput deste artigo deliberará estando presentes, no mínimo, 3 (três) de seus membros, estando presente o seu Presidente.

CAPÍTULO VII DA CONTABILIDADE E DO ORÇAMENTO

Art. 29. O FERJ terá escrituração contábil própria, mediante balancetes, demonstrativos e balanços, em conformidade com a legislação federal, estadual e normas do Tribunal de Contas do Estado. Parágrafo único. O FERJ adotará o Plano de Contas Geral do Estado utilizado pelo Tribunal de Justiça.

Art. 30. O produto da arrecadação do FERJ será depositado em conta específica, em banco credenciado.

Parágrafo único. Os recursos disponíveis poderão ser depositados em conta de aplicação financeira de instituição bancária oficial, sendo os rendimentos contabilizados em favor do Fundo.

Art. 31. A proposta orçamentária anual do FERJ integrará a proposta orçamentária do Poder Judiciário.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 32. A fiscalização das receitas do FERJ, competirá ao FERJ, ficando as secretarias judiciais e serventias extrajudiciais obrigadas a facilitar-lhe a fiscalização

e o exame dos livros cartoriais e demais documentos necessários, sem prejuízo da correição a ser realizada pelos Juízes de Direito e pelo Juiz Diretor do Fórum onde a ação foi ajuizada ou o ato realizado, cabendo a este último dirimir as dúvidas levantadas e encaminhar as questões mais relevantes para apreciação do Conselho de Administração do FERJ. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

§ 1º É da competência do Juiz ao qual couber conhecer da ação ajuizada a verificação do correto valor da causa.

§ 2º Caso o Juiz constate valor abaixo do correto (art. 259 do CPC), este deverá determinar a complementação das custas recolhidas, intimando o advogado ou a parte a proceder ao pagamento do valor remanescente, com base na importância então apurada ou estabelecida na condenação definitiva, quando se tratar de custas finais.

Art. 32-A. Elaborado o relatório de fiscalização e havendo valores a serem recolhidos em favor do FERJ, o notário e/ou registrador será notificado, para, no prazo de quinze dias, apresentar defesa ou pagar a integralidade do débito. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 32-B. O prazo para apresentação de defesa poderá ser prorrogado, por igual período, uma única vez, a critério do diretor do FERJ, verificando-se a quantidade de atos a serem justificados e a complexidade da defesa. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 32-C. Analisada a defesa pela Diretoria do FERJ, o titular da serventia será notificado para quitar a dívida, no prazo de cinco dias, podendo ser requerido o parcelamento, obedecidos os critérios e as exigências legais. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 32-D. Os débitos de valor superior a R\$ 1.000,00 (mil reais) apurados em processo administrativo de fiscalização, poderão ser quitados em até doze parcelas. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

§ 1º Deferido o pedido de parcelamento, o interessado assinará termo de compromisso juntamente com o diretor do FERJ, concordando com as condições e responsabilizando-se pelo cumprimento das parcelas. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

§ 2º O parcelamento não eximirá o interessado do pagamento da multa, juros e correção monetária; e o não pagamento de qualquer das parcelas, até trinta dias após o prazo legal, antecipará o vencimento das demais parcelas, sendo automaticamente cancelado o parcelamento, devendo a parte pagar o saldo à vista, sob pena de inscrição do débito na dívida ativa do Estado. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

§ 3º As parcelas serão mensais e sucessivas, e o vencimento de cada parcela ocorrerá no dia 10 de cada mês. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art 32-E. O não pagamento ou não parcelamento da dívida, cobrada através de processo administrativo, obrigará a inscrição do débito na dívida ativa da Secretaria de Fazenda do Estado do Maranhão para execução fiscal e o encaminhamento do respectivo processo administrativo à Corregedoria Geral da Justiça para abertura de processo administrativo disciplinar. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

Art. 33. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Fundo, no âmbito do Poder Judiciário, será exercida por órgão de controle interno do Tribunal de Justiça.

Art. 34. O recolhimento de custas e demais receitas do FERJ, em valores inferiores aos efetivamente devidos, acarretará ao servidor do Judiciário, ao notário ou ao oficial de registro multa correspondente à diferença entre o valor devido e o pago.

§ 1º O não-recolhimento de custas judiciais e demais receitas do FERJ implicará o pagamento do valor devido, acrescido do percentual de 50% (cinquenta por cento) a título de multa, calculada sobre a quantia atualizada monetariamente.

§ 2º No caso de reincidência, o infrator estará sujeito à aplicação das penas de suspensão e demissão se servidor ou suspensão e perda de delegação se notário e/ou registrador. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

§ 3º. As custas judiciais e os emolumentos extrajudiciais, eventualmente recolhidos indevidamente ao FERJ, serão devolvidos à parte, corrigidos monetariamente, devendo o requerimento e os comprovantes ser encaminhados à Diretoria do FERJ. ([Redação dada pela Resolução-GP 79 de 19 de dezembro de 2016](#)).

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Enquanto não ocorrer o desmembramento das atuais serventias de natureza mista, os seus titulares continuarão desempenhando as funções de escrivão judicial.

Art. 36. Os casos omissos serão analisados pelo Conselho de Administração do FERJ e submetidos ao Plenário do Tribunal de Justiça.

Art. 37. Os integrantes do Conselho de Administração do FERJ não perceberão qualquer gratificação pecuniária.

Art. 38. O presidente do Tribunal de Justiça baixará os atos necessários à fiel execução da presente Resolução.

Art. 39. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e, em especial, a [Resolução nº 27/2000](#).

PALÁCIO DA JUSTIÇA "CLÓVIS BEVILÁCQUA" DO ESTADO DO MARANHÃO, em São Luís, 29 de janeiro de 2001.

Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF
Presidente